

3 — Nos processos de constituição dos novos órgãos previstos no presente Regulamento, as candidaturas são apresentadas até dois dias úteis antes da data marcada para as votações.

4 — Do resultado da votação da primeira reunião do Conselho Científico é elaborada acta datada e assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Regulamentar da Unide-IUL e pelo funcionário não docente por este nomeado para secretariar a reunião, a qual acompanha a proposta a enviar ao Reitor.

Artigo 35.º

Dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões ao presente Regulamento são resolvidas por despacho do Director da Unide-IUL ou por deliberação da Comissão Científica da Unide-IUL, consoante a natureza dos casos, sem prejuízo das disposições legais em vigor.

Artigo 36.º

Revisão e alteração do Regulamento

1 — O Regulamento da Unide-IUL pode ser revisto:

- a) Quatro anos após a data da sua publicação ou da respectiva revisão;
- b) Em qualquer momento, por iniciativa do Reitor ou por decisão de dois terços dos membros da Comissão Científica da Unide-IUL em exercício efectivo de funções.

2 — A proposta de alteração do Regulamento carece de aprovação pela maioria dos membros da Comissão Científica da Unide-IUL em exercício efectivo de funções, ouvido o Conselho Científico.

3 — A aprovação das propostas de alteração cabe ao Reitor.

Artigo 37.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo Reitor.

204886645

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extracto) n.º 9041/2011

Tendo o Mestre Fernando Jorge de Sousa Faria Paulino requerido provas de obtenção do grau de Doutor, no Ramo de Antropologia, Especialidade em Antropologia Visual, nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Doutoramento da Universidade Aberta, de 15 de Fevereiro de 1994, conjugado com o artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro, nomeio os seguintes elementos para fazerem parte do júri:

Presidente: Doutora Carla Maria Bispo Padrel de Oliveira, Vice Reitora da Universidade Aberta, por delegação de competências;
Vogais:

Doutor Pedro António Hellín Ortuño, professor titular da Universidade de Múrcia (co-orientador);

Doutor José Maria Gonçalves da Silva Ribeiro, professor auxiliar da Universidade Aberta (orientador);

Doutora Ana Paula Beja Orrico Horta, professora auxiliar da Universidade Aberta;

Doutora Clara Afonso de Azevedo de Carvalho, professora auxiliar do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa;

Doutora Olívia Maria Marques da Silva, professora coordenadora da Escola Superior de Música, Artes e Espectáculo do Instituto Politécnico do Porto (na qualidade de especialista).

6 de Junho de 2011. — O Reitor, *Carlos António Alves dos Reis*.

204888151

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Aviso (extracto) n.º 14118/2011

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que Alberto Eduardo da Silva e Melo, Técnico Superior da Universidade do Algarve, cessou funções por motivo de aposentação, com efeitos a 31-01-2011.

6 de Julho de 2011. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

204884522

Aviso (extracto) n.º 14119/2011

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que Elisa Celeste Gomes da Silva de Madeira Coke, equiparada a professora-adjunta da Universidade do Algarve, cessou funções por motivo de aposentação, com efeitos a 01-07-2011.

6 de Julho de 2011. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Sílvia Cabrita*.

204885057

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Ciências

Despacho n.º 9042/2011

Ao abrigo da competência que me é atribuída pelo artigo 28.º, n.º 3, alínea c) dos Estatutos da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, publicados em anexo ao Despacho n.º 4642/2009, do Reitor da Universidade de Lisboa, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 6 de Fevereiro de 2009;

Considerando a vacatura do lugar de vogal do Conselho de Gestão na sequência de aposentação do actual titular, Doutor António Carlos de Sá Fonseca;

Nos termos do artigo 46.º dos mesmos Estatutos, designo o Lic. Jorge Manuel Duque Lobato, Director de Serviços da Unidade dos Recursos Financeiros e do Património, como vogal do referido órgão, com efeitos a partir desta data.

1 de Junho de 2011. — O Director da Faculdade de Ciências, *José Manuel Pinto Paixão*.

204889359

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Edital n.º 689/2011

Nos termos do artigo 39.º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 168, de 31/08/2009, o Reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor António Manuel Bensabat Rendas, por despacho de nove de Maio de dois mil e onze, faz saber que está aberto concurso documental, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste Edital no *D. R.*, para recrutamento de 1 posto de trabalho de Professor Catedrático na Área de Ciências da Comunicação (Cinema e Televisão) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas desta Universidade.

O presente concurso é documental, tem carácter internacional e rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do referido Estatuto.

I — Em conformidade com o que determina o referido Estatuto, são requisitos para a candidatura ao concurso em apreço, nos termos do art.º 40.º:

- a) Ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos;
- b) Ser detentor do título de agregado.

Os candidatos deverão ter um sólido *curriculum* na área de História e Teoria da Televisão e dominar a língua Portuguesa falada e escrita.

II — Os candidatos apresentarão os seus requerimentos de preferência em suporte digital, presencialmente na Reitoria da Universidade Nova de Lisboa, sita no Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, por via postal ou através de correio electrónico, em formulário disponível no Núcleo de Concursos e Provas Académicas e *on-line*.

O processo de candidatura deverá ser instruído com a documentação a seguir indicada:

- a) Documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos exigidos no número I;
- b) Declaração do tempo de serviço após a obtenção do grau de doutor;

c) 8 exemplares do *curriculum* do candidato, impressos ou em suporte digital;

d) 2 «exemplares de cada um dos trabalhos mencionados no *curriculum*, impressos ou em suporte digital.

Os documentos comprovativos da posse dos requisitos gerais de recrutamento em funções públicas, podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento/formulário, disponível na Divisão de Concursos e Provas Académicas da Reitoria da UNL e *on-line*, relativamente aos candidatos pertencentes a uma das Unidades Orgânicas desta Universidade.

Os candidatos que não pertencem às Unidades Orgânicas da U.N.L., devem apresentar o comprovativo da posse dos requisitos exigidos.

Os candidatos deverão entregar, dentro do prazo referido no preâmbulo deste Edital os seus requerimentos/formulários instruídos com os documentos mencionados no ponto II do Aviso de Abertura.

III — Os critérios, indicadores e ponderações, com vista à avaliação e seriação dos candidatos, aprovados pelo júri, na reunião preliminar de 5 de Julho de 2011, são os seguintes:

1 — Componente Científica do *curriculum vitae* de cada candidato (60 %):

1.1 — Publicação de livros e artigos com arbitragem científica (0-15);

1.2 — Coordenação e Participação em Projectos de Investigação (0-10);

1.3 — Direcção de Unidades de Investigação (0-10)

1.4 — Comunicações apresentadas em Congressos e Colóquios Científicos (0-10);

1.5 — Orientações de teses (2.ºs Ciclos e 3.ºs Ciclos) e de outras componentes não curriculares dos 2.º ciclos (Relatórios de Estágio e Projectos) (0-10);

1.6 — Outra Actividade Científica (Prémios, Pertença a Órgãos Científicos, Painéis de Avaliação Científica, etc.) (0-5);

2 — Componente Pedagógica (30 %):

2.1 — Diversidade de unidades curriculares ensinadas (Matérias e Ciclos de Estudos) (0-7);

2.2 — Qualidade do material pedagógico publicado ou apresentado (0-10)

2.3 — Participação em júris académicos de provas e Concursos (0-10);

2.4 — Outra actividade Pedagógica relevante (0-3).

3 — Outra actividade relevante (10 %):

3.1 — Actividades de extensão Universitária (0-5);

3.2 — Participação na gestão académica (excluindo as referidas no ponto 1.3 (0-5).

As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação, respectiva ponderação e os indicadores, serão facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

IV — O júri tem a seguinte constituição:

Presidente: Prof. Doutor José Esteves Pereira, Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa, por delegação de competências (Despacho 17249/2010, publicado no *DR*, 2.ª série, n.º 222 de 16 de Novembro).

Vogais:

Doutor Luís Manuel Soares dos Reis Torgal, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;

Doutor Fernando Manuel dos Santos Ramos, Professor Catedrático do Departamento de Comunicação e Artes da Universidade de Aveiro;

Doutor Nelson Traquina, Professor Catedrático da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor João Mário Lourenço Bagão Grilo, Professor Catedrático da Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Jorge Pedro de Sousa, Professor Catedrático da Universidade Fernando Pessoa;

V — Avaliação das candidaturas:

1 — Terminado o prazo das candidaturas, reúne-se o júri para avaliação e ordenação dos candidatos. No caso de haver exclusão de algum dos candidatos, proceder-se-á à audiência prévia, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

2 — Apreciadas as respostas dos candidatos excluídos e após a respectiva deliberação, ou no caso da admissão da totalidade dos candidatos, o júri procederá à avaliação e ordenação dos mesmos, à luz dos critérios mencionados no número III.

VI — Em cumprimento da alínea *h*) do art.º 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

E para constar se lavrou o presente Edital.

6 de Julho de 2011. — O Reitor, Prof. Doutor António Manuel Ben-sabat Rendas.

204886629

Instituto de Higiene e Medicina Tropical

Aviso n.º 14120/2011

1 — Faz -se público que o Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa, ao abrigo do disposto nos artigos 59.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril e Lei n.º 55-A/2010 de 31 de Dezembro pretende recrutar, através do regime da mobilidade interna, um Assistente Operacional para este Instituto.

2 — Caracterização dos postos de trabalho:

O Assistente Operacional a contratar destina-se a desempenhar funções no biotério do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, tendo o conteúdo funcional que resulta do artigo 5.º do Regulamento publicado em anexo ao Aviso n.º 15 848/2000, do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 14 de Novembro, nomeadamente competindo-lhe:

a) Funções inerentes à produção, criação e manutenção de animais de laboratório utilizados no IHMT, compreendendo: limpeza; desinfecção; alimentação e acompanhamento e vigilância dos animais;

b) Registos de efectivos; verificação de temperaturas, circulação do ar; preparação de camas, armazenamento de material, dietas e equipamento de uso no biotério;

c) Destruição de cadáveres em conformidade com ordens superiores, e demais tarefas inerentes ao bem-estar animal, conservação das instalações e equipamento do biotério.

3 — Local de trabalho: Instituto de Higiene e Medicina Tropical sito na Rua da Junqueira, n.º 100, 1349-008 Lisboa.

4 — Requisitos de admissão: Ser trabalhador com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.

5 — Posicionamento remuneratório: Nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2011, não é possível efectuar o pagamento de remuneração diferente da auferida na categoria de origem, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os trabalhadores da administração pública.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Senhor Director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, do qual conste a menção expressa do vínculo e da carreira/categoria que possui, da posição remuneratória e nível remuneratório detido, o serviço onde exerce, ou por último, exerceu funções e indicação o número do presente Aviso.

6.2 — O requerimento deverá ser acompanhado de *Curriculum Vitae* devidamente atualizado, datado e assinado; fotocópia dos documentos comprovativos das habilitações literárias e da formação profissional; fotocópia do bilhete de identidade e cartão de contribuinte, ou do cartão de cidadão.

6.3 — As candidaturas deverão ser entregues nas instalações deste Instituto, nos dias úteis, das 9h às 12h e das 14h às 16 horas, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado, dirigidas ao Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Rua da Junqueira, n.º 100, 1349-008 Lisboa.

7 — Prazo: As candidaturas deverão ser apresentadas nos 10 dias úteis seguintes à data publicação do presente aviso.

8 — Métodos de selecção: Análise curricular e entrevista.

9 — A presente proposta encontra-se disponível para consulta na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt).

21 de Junho de 2011. — O Director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Professor Doutor Paulo Ferrinho.

204889059